



José Cruz/Agência Senado



## Demóstenes perde mandato e fica inelegível até 2027

Por 56 votos a favor, 19 contra e 5 abstenções, o Plenário decidiu pela cassação do mandato do senador por quebra de decoro parlamentar. Ele foi considerado culpado de mentir sobre seu envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira

Com a decisão, o ex-senador por Goiás só poderá concorrer a cargos públicos a partir de fevereiro de 2027 — oito anos após o final do mandato para o qual foi eleito, de acordo com a Lei da Ficha Limpa. Assumirá o mandato o primeiro suplente, Wilder Pedro de Moraes. Ao apresentar sua defesa, Demóstenes

disse ser vítima de um massacre orquestrado pela mídia e pediu aos senadores tempo para provar, na Justiça, sua inocência. O autor da representação, Randolfe Rodrigues, e os relatores do processo no Conselho de Ética, Humberto Costa, e na CCJ, Pedro Taques, reiteraram os argumentos em favor da cassação. **4 e 5**

Na tribuna, Demóstenes afirmou que estava sendo tratado como bode expiatório e insistiu para que não fosse julgado como exemplo. "Pega mal para o Senado punir um inocente. Deixem-me ser julgado pela Justiça", disse

### Senado aprova MP que muda regra de correção da poupança

O Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) que altera a rentabilidade da poupança quando a meta da taxa básica de juros, a Selic, ficar em

8,5% ao ano ou menos. Nessa situação, a poupança será remunerada de acordo com a variação da taxa referencial (TR) mais 70% da Selic. **3**

Eduardo Braga discursa durante sessão deliberativa: medida provisória com novas regras para a poupança é aprovada

Waldemir Barreto/Agência Senado



Márcia Kallume/Agência Senado



Luiz Henrique (D), relator da medida provisória, debate com parlamentares o acolhimento das emendas apresentadas

### Comissão vota hoje MP do Código Florestal

Relatório sobre a medida provisória que alterou o texto aprovado na Câmara foi lido ontem e inclui 100 das mais de 600 emendas apresentadas por deputados e

senadores. Objetivo é conseguir entendimento para aprovação da lei que promova o desenvolvimento com preservação da floresta e do meio ambiente. **7**

**Congresso pode votar hoje Lei de Diretrizes Orçamentárias 3**

**Primeiro semestre do Senado tem balanço positivo, afirma Marta 2**

**Diretor aponta redução do índice de desmatamento na Amazônia 6**

**Aprovada criação de estatal para desenvolver o setor de energia nuclear**

A Amazul terá o objetivo de desenvolver a construção de um propulsor de submarino nuclear. **6**

**MP dos Servidores vai a sanção com mudanças pedidas pelos médicos**

Medida dobrava carga horária de médicos sem reajuste salarial, mas relator corrigiu o problema. **8**

### Patriota defende suspensão do Paraguai do Mercosul e é criticado por senadores

O ministro das Relações Exteriores disse que suspensão do país foi baseada

no Protocolo de Ushuaia. Alvaro Dias e Ricardo Ferraço criticaram decisão. **4**



O ministro Antonio Patriota e o senador Fernando Collor em audiência

Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadora disse que, apesar da comissão parlamentar de inquérito e do processo que tirou o mandato de Demóstenes, Casa aprovou projetos importantes no 1º semestre, como os do pacto federativo

# Marta: CPI do Cachoeira não freou trabalhos do Senado

MARTA SUPLICY (PT-SP) fez um balanço dos trabalhos do Senado no primeiro semestre.

Para a senadora, apesar da CPI do Cachoeira e do processo que levou à cassação do mandato de Demóstenes Torres (sem partido-GO), os trabalhos do Senado não pararam e geraram resultados positivos.

— Foi um período de muito trabalho e de resultados consistentes. Gostaria de parabenizar a todos.

Entre as principais proposições aprovadas, a senadora destacou as referentes ao pacto federativo. Entre elas, estão o projeto que unificou o ICMS sobre produtos importados (PRS 72/10), para acabar com a guerra dos portos, e a proposta de emenda à Constituição que estabeleceu critérios para a distribuição do ICMS do comércio eletrônico (PEC 103/11).

Para Marta, a questão federativa ainda terá decisões importantes no segundo semestre, como a votação de



Marta Suplicy: primeiro semestre de muito trabalho e resultados consistentes

novos critérios para a distribuição do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— Devemos modernizar esses critérios, que foram pensados ainda na década de 1980 e hoje estão muito ultrapassados em diferentes aspectos.

## Código Penal

Marta citou, ainda, as discussões da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da qual é relatora, os debates sobre o novo Código Florestal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) e as diversas medidas provisórias aprovadas pelo Senado, além do projeto do novo Código Penal (PLS 236/12), elaborado por uma comissão de juristas.

Para a senadora, o esforço resultou na aprovação de projetos nas comissões e no Plenário muitas vezes no mesmo dia.

— Um balanço do primeiro semestre mostra, sem dúvida, que a atuação das senhoras e senhores senadores evidenciou competência e compromisso com o dever de legislar em atendimento às demandas sociais.

# Jayne ressalta atividades de comissão no 1º semestre

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi “altamente produtiva” no primeiro semestre, disse Jayme Campos (DEM-MT). De março a julho, foram realizadas 32 reuniões, das quais 23 deliberativas e nove audiências públicas.

A comissão aprovou, no período, 42 projetos em caráter terminativo, 39 em trâmite e 49 requerimentos. Acatou a regulamentação das profissões de comerciário, compositor, geofísico e técnico em radiologia e o fundo de previdên-

cia complementar para os servidores públicos federais. O senador lembrou a realização dos debates sobre carência de médicos no interior, alto índice de HPV, internação compulsória para dependentes químicos e a proposta que determina o cumprimento das sentenças e execução de títulos extrajudiciais da Justiça do Trabalho.

Ele ressaltou aprovação da proposta que disciplina o abandono de emprego, do piso nacional para os vigilantes e da garantia de seguro-desemprego para domésticos sem FGTS,



Jayne Campos elogia participação dos senadores na comissão que preside

catadores de caranguejo e trabalhadores rurais. Destacou ainda a dedução no Imposto de Renda de gastos com dependentes sem rendimentos próprios e com medicamentos de uso contínuo ou de alto custo e a isenção desse imposto para idosos a partir dos 65 anos.

# Couto destaca Rádio e TV Senado no Pará

“O Brasil tem duas paixões: o futebol e a política. Todos querem ver o político da sua terra falando na TV Senado.”

Foi o que disse Mário Couto (PSDB-PA) na cerimônia de assinatura do contrato para transmissão digital da TV e Rádio Senado em Belém e Boa Vista.

O senador lembrou que foi o presidente José Sarney quem fundou a TV Senado e inaugurou as transmissões para o Pará e a Amazônia.

— Primeiro, quero me

dirigir ao presidente José Sarney, que, com sua capacidade demonstrada ao longo de sua vida, tanto como escritor como político e pai de família, fundou a TV e a Rádio Senado. Quero também dizer o carinho que o povo paranaense tem por Vossa Excelência. Nós reconhecemos que a pátria lhe deve. Reconhecemos que o esforço de Vossa Excelência para fortalecer a nossa nação foi muito grande. Por isso, queiram ou não queiram, o vosso nome já consta da

história do Brasil.

O senador disse que, no Pará, a TV Senado permite ao povo “fazer política”. Ele agradeceu aos diretores do Senado e ao diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, pelo trabalho para a instalação da rede digital de comunicação do Senado no Pará.

— Nos deram esse privilégio de ter a TV Senado no Pará, esta terra abençoada pela Virgem de Nazaré — disse.

# Cássio agradece homenagens feitas após morte de seu pai

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) agradeceu ontem as homenagens a seu pai, Ronaldo Cunha Lima, ex-senador que morreu sábado em decorrência de câncer no pulmão.

— Oportunamente, teremos uma sessão especial nesta Casa, já requerida pelo senador Cícero Lucena — disse o parlamentar.

Para ele, as homenagens dedicadas a seu pai foram fruto de uma vida dedicada à causa pública. Cássio fez um agradecimento especial a Campina Grande (PB), cuja população participou dos funerais de seu pai.

Ronaldo Cunha Lima era poeta, integrou o Ministério Público e foi vereador, prefeito, governador da Paraíba e deputado federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Cícero Lucena pede sessão dedicada a Ronaldo Cunha Lima

Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou a morte de Ronaldo Cunha Lima e informou que apresentou requerimento para uma sessão de homenagem ao ex-senador.

Cícero recordou que começou sua vida política como vice de Cunha Lima, quando este chegou ao governo da Paraíba. O senador elogiou a atuação do ex-governador, afirmando que ele procurou “cuidar das pessoas”, e mencionou o episódio da cassação dos direitos políticos pela ditadura militar.

O senador defendeu projeto de sua autoria que institui o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (PLS 242/12). Ele disse que o objetivo é racionalizar o transporte, com renovação da frota e redução do custo.



Moneira Mariz/Agência Senado

## ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

9h Congresso Nacional realiza sessão conjunta para votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013. No Senado, foram adiadas para agosto as votações do PLS 652/11 (aposentadoria de garçons) e o PLC 180/08 (cotas em universidades públicas).

### CRA: Crise na suinocultura em debate

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza debate sobre a crise por que passa a suinocultura brasileira. Foram convidados, entre outros, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro; o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, Marcelo Lopes; e o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro de Camargo Neto.

### CDH: Balanço das atividades do semestre

9h Balanço das atividades do primeiro semestre da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

### CDR: Crédito rural

10h Em exame na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que trata do perdão de dívidas de operações de crédito rural contratadas por instituições federais na área de atuação da Sudene.

### CRE: Indicações para embaixadas

10h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, indicações para embaixadores em Moçambique, cumulativamente com Suazilândia e Madagascar; Camarões, cumulativamente com o Chade; Nigéria; e União Europeia.

### CÓDIGO FLORESTAL: Votação do relatório

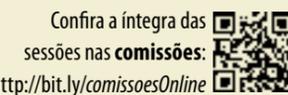
10h Discussão e votação do relatório da comissão mista que analisa a medida provisória do novo Código Florestal.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Suplicy considera exemplar a atitude de moradores de rua de São Paulo

## Suplicy parabeniza casal que encontrou e devolveu R\$ 20 mil

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o casal Rejaniel de Jesus Silva Santos e Sandra Regina Domingues que, na segunda-feira, encontrou um pacote com R\$ 20 mil em dinheiro, em Tatuapé, Zona Leste de São Paulo, e o entregou à polícia. O dinheiro havia sido roubado de um restaurante.

Suplicy elogiou a atitude do casal, que morava na rua havia quatro meses, e ressaltou que Rejaniel declarou ter aprendido com a mãe a não roubar e a avisar a polícia se visse alguém roubando. “Se ela me vir pela TV lá no Maranhão vai ver que o filho dela ainda é uma das pessoas honestas deste mundo”, completou o rapaz.

O senador chamou a atenção para a importância do exemplo dado por “uma pessoa humilde, que teve um procedimento correto”. Ele acrescentou que votou ontem pela cassação de Demóstenes Torres, motivado por “um sentimento grave de responsabilidade”.

## Cooperativa

Suplicy registrou ainda o lançamento, em 4 de agosto, no Museu de Arte Moderna, no Parque Ibirapuera, do livro *Cooperativa — os vendedores autônomos do Parque do Ibirapuera, o passo a passo de uma história de sucesso* da jornalista Mônica Dallari. Na apresentação do livro, Suplicy conta como conheceu e ajudou os 115 membros da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque do Ibirapuera (Coopvapi), criada em 2000.

Vai para sanção MP que muda a rentabilidade da caderneta de poupança se a meta da taxa Selic for fixada em 8,5% ao ano ou menos. Oposição anunciou que apresentará proposta alternativa para o setor

# Senado aprova medida que mudou regras da poupança

O SENADO APROVOU ontem a MP da Poupança, medida provisória que modifica a rentabilidade da caderneta de poupança se a meta da taxa básica de juros (Selic) for fixada em 8,5% ao ano ou menos. Quando essa situação ocorrer, a poupança será remunerada com a variação da Taxa Referencial (TR) mais 70% da Selic.

O texto foi aprovado na forma do PLV 17/12, decorrente de alterações na MP 567/12, e segue para sanção. A medida garante ainda a transferência de financiamento imobiliário de um agente financeiro para outro com juros menores sem a necessidade da realização de um novo contrato — a “portabilidade” de financiamentos.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a mudança garantiu o rendimento para o pequeno

poupador. Para ele, a medida é uma forma de destravar a taxa Selic (referência dos contratos do governo) e pode permitir juros mais baixos.

No entanto, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PSDB-PR), considerou que o governo tomou “medidas casuísticas, apenas para enfrentar o momento de crise”. Segundo ele, as novas regras vão fazer com que o pequeno poupador seja “brindado sempre com o menor rendimento”, passando a receber menos.

Alvaro disse que a oposição não criaria obstáculos para a aprovação da MP, pois a regra já está em vigor e rejeitá-la poderia criar entraves à economia do país, mas pediu um modelo de poupança que valorize o trabalhador, retirando privilégios dos poderosos e transferindo-os ao pequeno poupador.

Ele disse que, em breve, será apresentado no Senado um projeto alternativo — sugerido pelo economista Pêrsio Arida, um dos pais do Plano Real — que vai melhorar os rendimentos para os assalariados que usam a poupança.

## Taxa de juros única

Alvaro explicou que a proposta pede uma única taxa de juros no país, eliminando, por exemplo, taxas privilegiadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa taxa unificada puxaria para baixo o percentual das taxas de juro e beneficiaria os que recebem juros menores do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da poupança.

— O que nos embala não é o desejo apenas da crítica, mas da construção — disse.



Ações da Caixa devem visar redução do desequilíbrio regional, diz Benedito

## Projeto de Benedito amplia recursos da Caixa no Nordeste

Benedito de Lira (PP-AL) anunciou a apresentação de projeto que modifica os critérios de aplicação dos recursos públicos administrados pela Caixa Econômica Federal. O objetivo, disse, é beneficiar as regiões mais carentes do país.

A proposta destina 45% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros fundos federais para estados e municípios das áreas em que atuam a Sudene, a Sudam e a Sudeco, através de empréstimos com juros mais baixos.

Benedito de Lira salientou a importância da Caixa como vetor de redução dos desequilíbrios regionais, por meio de investimentos em habitação e saneamento.

— Infelizmente, não é o que vem acontecendo. Os valores distribuídos nas regiões menos desenvolvidas do Brasil têm ficado bastante aquém, percentual e proporcionalmente, aos conferidos às regiões Sul e Sudeste — afirmou.

Dados mostram que o plano de contratação da Caixa para habitação prejudicou as regiões mais pobres em 2011.

— As regiões Norte e Nordeste tiveram subtraídos, respectivamente, 50% e 15% dos valores originários orçados. Em termos quantitativos, para o Norte a perda foi superior a R\$ 750 milhões. O Nordeste perdeu cerca de R\$ 650 milhões. Em contrapartida, os recursos para a região Sul foram acrescidos em 126% e para a região Sudeste em 24%.



Eduardo Braga, entre Gim Argello e José Pimentel: projeto garante rendimento ao pequeno poupador e “destrava” taxa Selic

## Acolhidos seis acordos internacionais

Em votação simbólica, o Plenário aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo que ratificam acordos do Brasil com outros países.

Foram acatados acordo de cooperação educacional entre Brasil e República da Libéria (PDS 59/12); convênio constitutivo do Fundo

Multilateral de Investimentos II (Fumin II), assinado na cidade de Okinawa, Japão, em 9 de abril de 2005 (PDS 72/12); tratado entre Brasil e Ucrânia sobre transferência de pessoas condenadas (PDS 75/12); acordo com o governo de Burkina Faso sobre cooperação cultural

(PDS 82/12); acordo de previdência social entre o Brasil e a Alemanha (PDS 274/12); e acordo com a República do Mali sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico (PDS 276/12).

## Votação do relatório final da LDO 2013 é adiada para hoje

A falta de entendimento entre governo e oposição impediu ontem a votação do relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A votação do relatório ficou marcada para hoje. Também foi convocada sessão do Congresso Nacional para analisar o projeto (PLN 3/12).

Na reunião da CMO, reiniciada à noite, a falta de quórum na representação da Câmara dos Deputados impediu a votação

do relatório final.

O autor do relatório, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), chegou a anunciar disposição de incluir no texto um adendo com as emendas

parlamentares consideradas necessárias. Porém, diante da falta de acordo, desistiu. Ele explicou que do relatório constarão apenas as emendas que pôde acatar.

PSDB, PDT, DEM, PV e PPS declararam-se em obstrução. Ao longo desta semana, os parlamentares da oposição acusaram o governo de não cumprir acordos para a liberação de

emendas e restos a pagar de orçamentos anteriores. Eles usaram instrumentos regimentais para impedir a votação.

Além do relatório final da LDO 2013, a CMO precisa votar o relatório apresentado pelo comitê que avalia a admissibilidade das emendas apresentadas ao projeto orçamentário. O comitê é coordenado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). A Constituição prevê que a sessão legislativa só será encerrada, para início do recesso, após votação da LDO.



Valadares (C), relator, participa de reunião da Comissão Mista de Orçamento: impase sobre liberação de emendas

# Por decisão do Plenário, Demóstenes perde mandato e fica inelegível até 2027

Em votação secreta, 56 senadores apoiaram a cassação do mandato, 19 defenderam a absolvição do colega e 5 se abstiveram. Demóstenes fica inelegível por 8 anos, contados a partir de 2019, quando se encerraria o mandato no Senado



Demóstenes Torres (E) fala aos senadores antes de seu mandato ser cassado: "Eu sou um bode expiatório", afirma



Observado por Fernando Collor, ministro Antonio Patriota fala no Senado

## Reação do Brasil à crise paraguaia causa polêmica em audiência com Patriota

A posição do Brasil de apoiar a suspensão do Paraguai do Mercosul e aprovar o ingresso da Venezuela no bloco, apesar da ausência de uma decisão formal do parlamento paraguaio sobre o assunto, gerou polêmica na reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, as decisões foram uma "resposta coletiva dos países integrantes do Mercosul à ruptura democrática no processo que resultou no impeachment do então presidente paraguaio Fernando Lugo, em 22 de junho". A suspensão foi baseada no Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998 pelos membros e associados do Mercosul, que estabelece o pleno funcionamento da democracia como condição para a continuidade da integração entre os países, disse Patriota.

Francisco Dornelles (PP-RJ) destacou que Lugo foi afastado por decisão do Congresso paraguaio, ratificada pela Suprema Corte do país. Apesar de defenderem o ingresso da Venezuela no Mercosul, Dornelles, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) argumentaram que, como o Paraguai não foi excluído do bloco, apenas suspenso, teria que ter manifestado formalmente sua concordância para a admissão de um novo país ser válida. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) constataram, em visita a Assunção, a adoção dos procedimentos constitucionais no impeachment de Lugo. Ricardo Ferreira (PMDB-ES), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Sérgio Souza (PMDB-PR) também criticaram a posição brasileira. Já para Lindberg Farias (PT-RI), não são "meras formalidades" o amplo direito de defesa e o devido processo legal — que, segundo o governo brasileiro, faltaram no processo contra Lugo. Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) também apoiaram a posição do Itamaraty.

Francisco Dornelles (PP-RJ) destacou que Lugo foi afastado por decisão do Congresso paraguaio, ratificada pela Suprema Corte do país. Apesar de defenderem o ingresso da Venezuela no Mercosul, Dornelles, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) argumentaram que, como o Paraguai não foi excluído do bloco, apenas suspenso, teria que ter manifestado formalmente sua concordância para a admissão de um novo país ser válida. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) constataram, em visita a Assunção, a adoção dos procedimentos constitucionais no impeachment de Lugo. Ricardo Ferreira (PMDB-ES), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Sérgio Souza (PMDB-PR) também criticaram a posição brasileira. Já para Lindberg Farias (PT-RI), não são "meras formalidades" o amplo direito de defesa e o devido processo legal — que, segundo o governo brasileiro, faltaram no processo contra Lugo. Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) também apoiaram a posição do Itamaraty.



Claude Pirmez, Pedro Arraes, Rodrigo Rollemberg e Marco Farani na audiência

## Cooperação internacional precisa de marco legal, alegam entidades

Nos últimos quatro anos, o número de projetos de cooperação internacional firmados pelo Brasil saltou de 150 para 400. Apesar da expansão, o setor demanda um marco legal capaz de conferir autonomia e segurança jurídica à atuação dos institutos de pesquisa brasileiros no exterior. A necessidade ficou patente na audiência realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e foi endossada por representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

— A ABC não é uma agência de fato, é um departamento do Ministério das Relações Exteriores. Não há marco legal definindo o que é cooperação. Precisamos ter pessoal próprio e permanente, e não ser parte do serviço exterior — defendeu o diretor da ABC, Marco Farani. A ausência de um modelo jurídico para respaldar o intercâmbio tem criado dificuldades para a Fiocruz instalar uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique.

O MANDATO DE Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Senado chegou ao fim ontem, às 13h24. Foram 103 dias de agonia, iniciados pela representação levada pelo PSOL ao Conselho de Ética. O projeto que determinava a cassação do mandato de Demóstenes (PRS 22/12) foi aprovado no Plenário pelo voto de 56 senadores. Foram contrários à cassação 19 senadores. Cinco se abstiveram. A votação foi secreta.

À noite, pelo Twitter, Demóstenes prometeu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reaver o mandato. Com a perda do mandato, ele fica inelegível por oito anos, contados a partir do fim do mandato para o qual havia sido eleito. Como o mandato se encerraria em fevereiro de 2019, ele só poderá concorrer a cargo político em 2027.

No lugar de Demóstenes, assumirá o primeiro suplente, Wilder Pedro de Moraes, filiado ao DEM. Acusado de envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira, preso em Brasília, Demóstenes é o segundo parlamentar cassado na história do Senado. O primeiro foi Luiz Estevão, em 2000, por mentir ao Senado sobre seu envolvimento no desvio de verba na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Outra acusação contra Demóstenes é a de ter mentido aos colegas, num discurso em 6 de março, quando negou ter ligação criminosa com Cachoeira, apenas uma antiga amizade, e ter defendido interesses do negócio dos jogos ilegais. Cachoeira é apontado pela Polícia Federal como chefe de um esquema de corrupção, tráfico de influência, escutas ilegais e jogos clandestinos.

A cassação foi anunciada pelo presidente do Senado, José Sarney, diante do Plenário com 80 senadores e das galerias para o público lotadas. Anunciado o resultado, Demóstenes retirou-se rapidamente, na companhia de seu advogado. Um carro o aguardava na saída do Senado.

## Randolfe: conduta moral e decoro são deveres do senador

“O que está em jogo não é a condenação de uma conduta errônea. A votação de hoje [ontem] é um sinal a milhões de brasileiros sobre a credibilidade de uma instituição fundamental para a democracia em nosso país.”

A afirmação foi feita por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) na sessão que cassou o mandato de Demóstenes Torres. Ele falou em nome do PSOL, partido que levou a representação contra Demóstenes ao Conselho de Ética do Senado. Segundo Randolfe, o cargo de senador exige uma espécie de “sacerdócio com a coisa pública”.

— Ser republicano exige ser intencionalmente ético. Conduta moral e decoro parlamentar não são um favor que fazemos à sociedade. São o dever-ser do parlamentar.

Randolfe sustentou que Demóstenes colocou o mandato a serviço do contraventor Carlinhos Cachoeira, obteve vantagens indevidas e mentiu aos senadores e à população ao alegar desconhecer as atividades de Cachoeira.

## Senador foi condenado por seu próprio passado, diz Humberto

Ao defender o parecer em que recomendou ao Conselho de Ética a cassação de Demóstenes Torres, Humberto Costa (PT-PE) disse que Demóstenes “faltou com a verdade, praticou irregularidades graves no mandato, abusou de prerrogativas asseguradas a membros do Congresso e se beneficiou de vantagens indevidas”.

— Não temos *recall* para esse tipo de caso. Mas, se os eleitores de Goiás soubessem das relações perigosas de Sua Excelência, será que o teriam enviado para cá? Creio que não — afirmou, antes da votação que cassou o mandato de Demóstenes.

Ao refutar a alegação de Demóstenes de que não conhecia as atividades do contraventor Carlinhos Cachoeira, Humberto recordou que o senador já foi procurador de Justiça, secretário de Segurança de Goiás e integrante da CPI dos Bingos, que apontou o envolvimento de Cachoeira em diversos crimes.

— Quem julga somos nós. Mas quem condena [Demóstenes] é o seu passado — declarou Humberto.

## Ele feriu de morte a dignidade do cargo, afirma Taques

Pedro Taques (PDT-MT), relator do processo contra Demóstenes Torres na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que o processo que resultou na cassação do senador goiano foi marcado pela lisura.

— Houve pleno atendimento de todas as normas constitucionais, legais e regimentais, entre as quais destaco o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa — afirmou ele, antes de ser aprovada a cassação. Taques discorreu sobre o decoro parlamentar: — Demóstenes adotou conduta incompatível com o decoro parlamentar, ferindo de morte a dignidade do cargo e a ética que se impõem aos parlamentares.

Para Taques, o Senado não precisou aguardar a conclusão do inquérito contra Demóstenes que tramita no Supremo Tribunal Federal para decidir sobre o mandato, porque “as instâncias políticas e jurídicas não se confundem”. Segundo ele, “cada uma tem objetivos próprios, e o julgamento do Senado é dotado de discricionariedade”.

## Valadares: Senado deu direito à ampla defesa e ao contraditório

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente do Conselho de Ética, disse estar tranquilo quanto à forma como foi conduzido o processo contra Demóstenes Torres.

De acordo com ele, foram obedecidos todos os trâmites legais e foi garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

— No entanto, essa tranquilidade não se configura em alegria de processar e julgar um colega. Valadares elogiou a inteligência e a competência de Demóstenes, mas disse que a decisão dos senadores deve ser coerente com o que julgam ser justo e moralmente correto. Ele defendeu o fim do voto secreto nos processos de cassação.

## Para Capiberibe, voto aberto é vital para combater impunidade

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu o fim do voto secreto para os casos de perda de mandato parlamentar. De acordo com o senador, a abertura dos votos é de “vital importância” para o fim da impunidade no Brasil.

Capiberibe afirmou que a sociedade brasileira está cansada da falta de punição dos políticos que transgridem a lei. Referindo-se a Demóstenes, ele afirmou ser difícil acreditar que um experiente político viva tanto tempo com uma pessoa sem saber de suas atividades.

## Ana Amélia classifica sessão de “histórica, dolorosa e constrangida”

Ana Amélia (PP-RS) classificou como “histórica, dolorosa e constrangida” a sessão para votar o pedido de cassação do mandato de Demóstenes Torres. A senadora ressaltou que o julgamento não era convencional, mas de natureza política.

— O Senado não é um tribunal. Esse julgamento tem natureza política onde pesam nossas convicções, mas principalmente os valores inerentes à necessidade de defender o Parlamento como instituição fundamental à democracia.

## Cronologia

Entre a representação do PSOL no Conselho de Ética do Senado, alegando a quebra de decoro por parte de Demóstenes Torres, e a cassação do mandato, passaram-se 103 dias

**29/fev** Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, é preso na **Operação Monte Carlo**, da Polícia Federal.

**6/mar** Demóstenes Torres vai à **tribuna do Plenário** se defender de acusações publicadas dias antes pela imprensa de que teve mais de 300 contatos telefônicos com Cachoeira. Ele nega irregularidade, pede investigações sobre si mesmo e recebe o apoio de colegas.

**11/mar** Revista *Epoca* denuncia que Cachoeira habitou 15 **aparelhos Nextel** nos EUA para fugir de grampos da PF. Demóstenes recebeu um dos rádios.

**27/mar** Pressionado, Demóstenes Torres **deixa liderança** do DEM.

**28/mar** PSOL **leva representação** contra Demóstenes ao Conselho de Ética do Senado.

**3/abr** Demóstenes **se desfilia** do DEM para evitar expulsão. O partido fica com quatro senadores.

**10/abr** No mesmo dia em que é escolhido presidente interino do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares **acata a representação** do PSOL contra Demóstenes.

**12/abr** Conselho de Ética escolhe, por sorteio, o **relator**. Tarefa fica a cargo de Humberto Costa, depois que cinco senadores declinaram da missão: Lobão Filho, Gim Argello, Ciro Nogueira, Romero Jucá e Renan Calheiros. Valadares é confirmado na presidência do conselho.

**25/abr** Conselho recebe a **defesa prévia** do senador. O documento, entregue pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, sustenta a ilegalidade das escutas telefônicas, argumenta que a representação do PSOL é inepta por se basear em reportagens e pede ao Conselho de Ética que aguarde as conclusões da CPI do Cachoeira.

**3/mai** Humberto pede ao Conselho de Ética, em **relatório preliminar**, a abertura de processo contra Demóstenes. Cinco dias depois, o conselho aprova por unanimidade a abertura do processo.

**22/mai** Testemunha Ruy Crivinel Neto não comparece para depor a favor de Demóstenes. Ele alega que não quer expor a família. Na semana seguinte, Cachoeira também não comparece.

**29/mai** Demóstenes **se defende** por cinco horas no Conselho de Ética. Nega envolvimento com os negócios de Cachoeira e da construtora Delta e pede para ser julgado pelo que fez, e não pelo que falou. Diz não saber que Cachoeira “operava clandestinamente”.

**15/jun** Advogados protocolam no Conselho de Ética as **alegações finais da defesa** e pedem no Supremo Tribunal Federal o adiamento da votação marcada para o dia 18.

**18/jun** Ministro Dias Toffoli acolhe liminarmente pedido da defesa de **adiar votação** do relatório e deliberação é remarcada para o dia 25.

**25/jun** Parecer **pela perda do mandato** de Demóstenes é aprovado pelo Conselho de Ética, com 15 votos favoráveis e nenhum contrário. Processo vai para a CCJ.

**28/jun** Pedro Taques apresenta **relatório à CCJ** e considera legais todos os procedimentos adotados pelo Conselho de Ética.

**2/jul** Demóstenes muda de estratégia, quebra o silêncio e resolve iniciar uma série de **discursos** na tribuna do Plenário para se defender.

**4/jul** Por 22 votos a zero, a **CCJ reconhece** a legalidade, a constitucionalidade e a juridicidade da decisão do Conselho de Ética favorável à cassação de Demóstenes. Projeto de resolução vai ao Plenário.

**11/jul** Em votação secreta, **Plenário cassa mandato** de Demóstenes Torres, que se torna o segundo senador da República a perder o mandato.

## “Deixem-me ser julgado pela Justiça”, pede Demóstenes Torres

Nos 35 minutos que antecederam a votação que lhe tirou o mandato, Demóstenes Torres (sem partido-GO) apresentou ao Senado sua última defesa. Ele se disse vítima de um massacre orquestrado pela mídia, comparou-se a Jesus Cristo e pediu aos colegas mais tempo para provar, na Justiça, que não fazia parte da organização criminosa de Carlinhos Cachoeira.

— Eu sou um bode expiatório. Fui moído e massacrado. Por favor, não lavem as mãos. Eu não posso ser julgado como exemplo. Seis governadores e dezenas de deputados federais também se relacionavam com Cachoeira. Deixem-me ser julgado pela Justiça.

Demóstenes afirmou que o dito popular “dize-me com quem andas, e eu te direi quem és” nem sempre é verdadeiro:

— Cristo andava com Judas. Portanto, isso é bobagem. Cada qual pague pelo que fez. Se Carlos Cachoeira cometeu crimes, cana nele. A culpa é dele, não é minha. Eu não fiz nada. Não existe uma prova contra mim.

Ele fez uma reflexão sobre o perdão:

— Hoje eu sei que muito do que vemos nos inquéritos não é verdade. Me perdoem aqueles a quem levemente ofendi. E advertam os colegas mais jovens: não entrem por esse caminho, é uma bobagem pegar minutos de fama e ir para a televisão atacando um colega. Eu aprendi duramente, amargamente.

Concordando que o julgamento do Senado é político, argumentou:

— O julgamento político é diferente daquele feito por um juiz porque não são cobradas as provas. Mas isso não significa que não é necessário ter prova para condenar um senador. O que pega mal para o Senado é punir um inocente.

E, por fim, pediu aos colegas:

— Por favor, me deem a oportunidade de provar minha inocência. Não acabem com minha vida nem me deixem disputar outra eleição [só] em 2030.

## Senador afirma que relator foi acusado de superfaturamento

Demóstenes Torres lembrou as denúncias de superfaturamento, contra o relator Humberto Costa, na compra de remédios quando o petista era ministro da Saúde. Humberto respondeu:

— Em nenhum momento fui grampeado falando com bandido.

Demóstenes disse que gostaria de ter tido o mesmo tempo de defesa que teve Humberto, a quem classificou de honesto e decente.

## Decisão reflete a vontade popular, avalia José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, avaliou que o resultado reflete a vontade popular e que o caso Demóstenes Torres é “página virada” no Parlamento. A decisão colegiada, disse Sarney, demonstra que a democracia está consolidada no país, mas não é uma data que se possa comemorar.

## Pedro Taques: imagem de defensor da ética é distante

“O homem que hoje sou homenageia o homem que Demóstenes foi”, disse Pedro Taques (PDT-MT), para quem a imagem do colega de defesa da ética parece algo distante.

Taques fez um apelo a Demóstenes Torres para que prove, na Justiça, que é inocente, como alegou em sua defesa.

## Pinheiro: é preciso banir a estrutura do crime organizado

Ao comentar a cassação do mandato de Demóstenes Torres, Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu firmeza no trabalho da CPI do Cachoeira “para banir a estrutura do crime organizado”.

Segundo Pinheiro, é importante encontrar mecanismos para coibir a interferência de organizações criminosas no âmbito do estado, especialmente no Congresso Nacional.

## Valadares celebra lei que combate lavagem de dinheiro

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, de projeto (PLS 209/03) de sua autoria que endurece o combate à lavagem de dinheiro.

Uma das principais inovações, disse, é a alienação antecipada, que permite o leilão dos bens caso haja risco de deterioração, o que contribui para o combate ao crime organizado.

## Senado “cumpru seu dever em parte”, diz Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a reforma política e afirmou que o Senado “cumpru seu dever, em parte” ao cassar o mandato de Demóstenes Torres.

— A sociedade não verá o Senado como um clube de amigos, mas como instituição alta que representa a sociedade nos seus mais grandiosos desejos de mudança e de melhoria da qualidade de vida.

## Sabatina hoje de indicadas para União Europeia e Moçambique

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), marcou para as 10h de hoje as sabatinas de duas diplomatas.

Ligia Maria Scherer foi indicada para o cargo de embaixadora em Moçambique, cumulativamente com a representação em Suazilândia e Madagascar.

Já Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado foi indicada para chefiar a missão brasileira na União Europeia.

## Comissão avalia em agosto recondução de diretora da ANP

Os senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ouviram a leitura do relatório do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) sobre a indicação da engenheira Magda Chambriard para ser reconduzida ao cargo de diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que ocupa desde março deste ano.

Após a leitura do relatório foi dada vista coletiva da mensagem presidencial. Magda Chambriard deve ser sabatinada pela CI na segunda semana de agosto.

Se aprovada, a indicação será votada em seguida no Plenário.

Engenheira civil, Magda Chambriard tornou-se diretora-geral da agência substituindo Haroldo Lima, cujo mandato se encerrou em 11 de dezembro de 2011.

Ela é pós-graduada em Engenharia Química pelo Coppe/UFRJ (1989) e em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações (1980) e Engenharia de Reservatórios e Produção (1983) pela Universidade Corporativa da Petrobras.



Para o relator, Rodrigo Rollemberg (C), iniciativa garante a independência na exploração de atividades nucleares

# Plenário aprova criação de estatal do setor nuclear

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa, a Amazul, substitui a Empresa Gerencial de Projetos Navais e terá o objetivo de desenvolver a construção de um propulsor submarino movido a energia nuclear

O PLENÁRIO APROVOU ontem a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), prevista no PLC 64/12. O objetivo da empresa é desenvolver o setor nuclear brasileiro, especialmente a parte relacionada à construção de um propulsor de submarino movido a energia nuclear.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), relator da matéria, afirmou que não poderia

deixar de manifestar apoio a medidas governamentais que fortalecem o equipamento naval brasileiro a partir de recursos humanos e tecnológicos desenvolvidos no país.

Na sua avaliação, a ação garante a independência brasileira na exploração de atividades nucleares para fins pacíficos e na produção de submarinos.

A empresa Amazul será ligada ao Ministério da Defesa

e terá sede em São Paulo. Ela será criada a partir da divisão da já existente Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). Assim, o quadro inicial de pessoal da Amazul será composto pelos atuais funcionários da Emgepron que trabalham no Programa Nuclear da Marinha (PNM). Serão contratados outros funcionários por concurso público. O projeto segue à sanção presidencial.

## Desmate na Amazônia caiu 77%, diz técnico

O diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Francisco de Oliveira Filho, disse ontem que o desmatamento na Amazônia teve uma queda de 76,9% desde 2004, com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Ele participou de debate na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Ele citou várias ações do Ministério de Meio Ambiente, entre elas o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Programa Terra Legal. Ele ressaltou a importância do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo



Oliveira Filho, Márcio Macêdo e Cavalcanti durante o debate

Real do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

— Esse sistema nos entrega informações a cada dois dias das áreas desmatadas na Amazônia, de modo que a gente consegue agir de forma bastante rápida — disse.

Roberto Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, lembrou que a proteção ambiental não deve ser somente para

os biomas terrestres, mas também para os biomas costeiros, marinhos e aquáticos continentais. Ele disse que os princípios da nova legislação ambiental devem interagir com o desenvolvimento econômico e considerar as realidades de cada estado.

— Temos muitos desafios na ocupação do solo das regiões rurais, mas temos um nível de conscientização grande das comunidades.

## PEC dos Jornalistas e benefício para garçom ficam para agosto

Os líderes partidários no Senado adiaram para a segunda semana de agosto a votação de projetos que seriam analisados ontem. O objetivo, segundo Gim Argello (PTB-DF), vice-líder do governo, foi priorizar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Entre 7 e 9 de agosto — quando deve ocorrer o primeiro esforço concentrado durante a campanha eleitoral —, serão examinados o segundo turno da PEC dos Jornalistas (33/09), o PLS 652/11, que garante aposentadoria especial para os garçons, e o PLC 180/08, que estabelece cotas nas universidades federais para alunos de escolas públicas.

Podem ainda entrar na pauta a PEC 37/11, que impede o Ministério Público de participar das investigações criminais, e o PLS 198/07 — Complementar, que extingue a contribuição social devida pelos empregadores em casos de demissão sem justa causa.

## Capiberibe pede balanço da comissão do pacto federativo

João Capiberibe (PSB-AP) pediu que os integrantes da Comissão Especial do Pacto Federativo apresentem aos senadores um balanço dos trabalhos até agora.

O senador quer saber quais pontos já foram discutidos, sobre quais já existe consenso e quais ainda dependem de análise ou apresentam impasses. Capiberibe explicou que a comissão vai apresentar propostas sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a guerra fiscal, a repartição dos royalties do petróleo e as dívidas estaduais.

Capiberibe também informou que o FPE “está com os dias contados”, pois a atual forma do fundo deixa de valer em 31 de dezembro de 2012 e o Supremo Tribunal Federal (STF) já julgou como inconstitucionais os atuais critérios de repartição do fundo, embora tenha garantido a vigência deles até a data limite.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Paim anuncia audiência sobre planos de saúde



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem o alto preço cobrado pelos planos de saúde e

anunciou que, logo depois do recesso parlamentar, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e a de Assuntos Sociais (CAS) vão promover audiência conjunta para discutir cobranças abusivas e problemas no atendimento.

Sobre o aumento nas mensalidades, o senador revelou que, de 2001 a 2012, a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 115,26%, enquanto o reajuste dos planos de saúde foi de 160,92%.

## Mozarildo elogia punição aplicada pela ANS



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a decisão da Agência Nacional de

Saúde Suplementar (ANS) de punir 37 operadoras de planos de saúde que não têm cumprido prazos de atendimento de 268 planos.

Segundo o senador, essa ação deveria se repetir em outros órgãos do governo, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que deveria fiscalizar as condições de hospitais e ambulatórios.

Mozarildo disse ainda que o grande mal que afeta a área de saúde é a corrupção.

## Davim defende rigor para fiscalizar as operadoras



Gerardo Magela/Agência Senado

A punição da ANS às operadoras de planos de saúde foi elogiada também por

Paulo Davim (PV-RN). Ele explicou que a portaria do Ministério da Saúde determinava prazos máximos para agendamento de consultas e exames.

— Essas operadoras não estavam atendendo às determinações e assim penalizavam 3,5 milhões de usuários — afirmou o senador.

Para Davim, a medida da ANS foi “pedagógica e coibitiva” e deve impedir abusos cometidos pelas operadoras de planos de saúde.

# Comissão mista vota hoje a MP do Código Florestal

Texto apresentado ontem pelo relator, Luiz Henrique, inclui 100 emendas das 600 apresentadas por deputados e senadores em busca do desenvolvimento com preservação do meio ambiente

O SENADOR LUIZ Henrique (PMDB-SC) concluiu ontem a leitura do seu relatório sobre a Medida Provisória 571/12, que alterou o novo Código Florestal, e a votação na comissão mista foi marcada para hoje pelo presidente do colegiado, deputado Bohn Gass (PT-RS).

Em seu parecer, Luiz Henrique acolheu, total ou parcialmente, 100 emendas das mais de 600 apresentadas. Ele comentou o esforço que fez no sentido de acatar o maior número possível das sugestões de alterações apresentadas pelos parlamentares.

— Tenho plena convicção de que não atingimos o ideal,

mas o possível para gerar uma lei que garanta o desenvolvimento sustentável neste país, a preservação da floresta e do meio ambiente — disse o relator.

### Novas definições

As principais alterações ao texto original da MP introduzidas no relatório se referem aos princípios do novo Código Florestal, às definições de vereda e pousio, à forma de cômputo das áreas de preservação permanente (APPs) no cálculo da reserva legal e à recomposição de áreas de reserva legal em propriedades de quatro a dez módulos fiscais.

Com relação às mudanças

no *caput* do artigo 1º, que estabelece princípios gerais, foi substituída a redação da MP que considerava como fundamento central do novo Código Florestal “a proteção e o uso sustentável das florestas”.

A nova redação apenas especifica os conteúdos da lei florestal brasileira. Essa mudança significa, na prática, o retorno ao texto final aprovado em maio pela Câmara dos Deputados.

Na terça-feira, devido a pedido de vista feito por parlamentares ambientalistas e ruralistas, Luiz Henrique concordou em deixar a leitura de seu relatório para ontem.



Jorge Viana, Luiz Henrique e Bohn Gass conduzem a reunião em que foi lido o relatório sobre a medida provisória

Márcia Kallmeier/Agência Senado

## Alterações no texto buscam entendimento

Atendendo a emendas, Luiz Henrique retomou a definição de vereda que havia sido aprovada também no Senado. Na audiência pública em que ministros do governo justificaram a MP 571/12, Kátia Abreu (PSD-TO) criticou o conceito proposto pelo Palácio do Planalto, por considerar que ampliava indevidamente a aplicação desse tipo de APP, visto que retirava a necessidade da presença de buritis para a sua caracterização.

Alegando que a definição de pousio da MP poderia gerar insegurança jurídica, o relator propôs um parágrafo que torna mais claro o limite de aplicação dessa prática cultural a apenas 25% da área produtiva. O relatório dispensou também a faixa marginal de APP prevista para as acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 hectare. Luiz Henrique condicionou a necessidade de supressão de vegetação nativa à autorização

de órgãos estaduais.

Houve alteração também no parágrafo 3º do artigo 15, de modo a viabilizar a inclusão da modalidade de compensação na utilização de APPs no cômputo da reserva legal. Para que a compensação possa ser aplicada, a soma da vegetação nativa em APP e reserva legal não poderá exceder 80% na Amazônia Legal e 50% dos imóveis rurais localizados nas demais regiões do país.

## Insatisfação pelas emendas não acatadas

Durante a reunião de ontem, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) lamentou o não acatamento pelo relator de emendas de sua autoria que promoviam modificações no Código Florestal a fim de eliminar óbices relativos a licenciamento ambiental para a implantação de sistemas de irrigação nas propriedades rurais brasileiras.

Em seguida à crítica de Heinze, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou seu apoio também à ampliação da

irrigação no país, defendendo a aprovação urgente do Plano Nacional de Irrigação, que se encontra em tramitação no Senado.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) protestou contra o não acatamento pelo relator de emendas da bancada ambientalista. Ele informou ainda que seu partido entrará em obstrução por não concordar com as modificações propostas no relatório de Luiz Henrique.

Entre as alterações sugeridas

no relatório, Luiz Henrique propôs também mudança no parágrafo 1º do artigo 35 para incluir a possibilidade de os agricultores fazerem o reflorestamento de suas propriedades não apenas com espécies de plantas nativas, mas também com “exóticas e frutíferas”. A recomposição com exóticas estava autorizada no texto final do Código Florestal aprovado na Câmara dos Deputados, mas a nova redação dada pela MP 571/12 eliminou essa possibilidade.

## Eduardo Lopes destaca atividades da Força Jovem Brasil

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou o trabalho da Força Jovem Brasil (FJB), programa de voluntários da Igreja Universal do Reino de Deus que, segundo ele, atende mais de 300 mil jovens por meio de atividades educacionais, profissionalizantes, esportivas e culturais, todas gratuitas e abertas a qualquer pessoa.

Lopes listou uma série de programas, como o Se Liga, 16, que ajuda os jovens a regularizar documentos pessoais; o Uniforça, que auxilia na organização de grandes eventos e atua no socorro a vítimas de tragédias; e o Jovem Nota 10, voltado à preparação para vestibular, concurso público e mercado profissional.

## Para Ivo Cassol, Rondônia sofre crise de falta de gestão

Ivo Cassol (PP-RO) disse ontem que seu estado sofre com a incompetência e a falta de seriedade dos governantes.



Moreira Nantz/Agência Senado

O senador afirmou que a estrutura que deixou como governador de Rondônia (2003–2010) caiu num “buraco negro”, o que obrigou a atual administração a tomar medidas como o corte de todas as gratificações dos servidores por 120 dias. Ele conclamou os candidatos a prefeito no Brasil e em Rondônia a buscar a vitória não para “ganhar por ganhar”, mas para levar qualidade e eficiência à gestão pública.

## Suplicy saúda os 165 anos do cooperativismo

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou os 165 anos do cooperativismo no Brasil. Ele avaliou que o movimento encontrou espaço para expansão no Brasil, tendo em vista que a formação histórica do país favoreceu o surgimento da cultura de sociabilidade.

— Portador de nova sensibilidade no mundo da competição capitalista, duramente construída na experiência secular da vida associativa, o cooperativismo brasileiro afigura-se como um dos principais instrumentos para o combate às desigualdades econômicas e sociais e de incentivo à construção de uma nação mais justa e fraterna — disse.

Aumento da carga horária de médicos e veterinários sem alterar remuneração foi retirado do texto final aprovado ontem pelo Senado



Ao microfone, Mozarildo diz que manter remuneração e aumentar carga horária seria reduzir salário

Waldemir Barreto/Agência Senado

Moreira Maniz/Agência Senado

## Senado aprova MP dos Servidores com mudanças favoráveis a médicos

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória (MP) 568/12, que altera a remuneração de diversas categorias do serviço público federal. Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/12, a MP causou polêmica desde a edição, em maio, em razão de alterações na carga horária de médicos e veterinários, que seria dobrada (de 20 para 40 horas semanais) sem mudar a remuneração.

— Manter o salário e aumentar a carga horária é o mesmo que reduzir o salário — disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico.

O problema foi corrigido pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), que, após críticas de parlamentares e protestos da categoria, negociou com o governo e manteve a

carga horária em 20 horas semanais, além de dobrar o valor das tabelas para a carga horária de 40 horas semanais.

— Não foi fácil o trabalho do relator. Ele teve que conciliar interesses evidentemente conflitantes — disse Renan Calheiros (PMDB-AL).

Braga disse que alterou artigos sobre a remuneração fixa de gratificação por insalubridade e periculosidade. Foram esses os artigos que geraram protestos dos profissionais. O relator também excluiu do texto a chamada vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), que seria concedida aos servidores em caso de redução salarial.

— Nessas questões, fica mantido o *status quo* atual para que não haja nenhum prejuízo e, ao contrário, haja

ganhos para as diversas categorias — garantiu o senador.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o relator corrigiu o “erro grosseiro cometido pelo governo”. Ele criticou o fato de a Presidência da República cometer esse equívoco, apesar de ter o “conforto” de editar MPs para legislar apressadamente.

— O senador Eduardo Braga, como relator, salvou essa medida provisória — afirmou.

### 670 mil servidores

A proposição altera remuneração, planos de classificação e carreiras de 29 categorias. Atinge quase 670 mil servidores, entre ativos e inativos, de 21 órgãos e entidades do Poder Executivo. Segundo o relator, o custo será de cerca de R\$ 1,5 bilhão nas despesas primárias e de

R\$ 146,6 milhões relativos a encargos sociais, perfazendo R\$ 1,65 bilhão em 2012.

As alterações de que trata a MP já haviam sido encaminhadas ao Congresso em agosto de 2011, na forma de projeto de lei que não chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, onde começou a tramitação. Para o relator, a edição da MP se justifica pela proximidade do fim dos prazos acordados entre o governo federal e as entidades representativas das respectivas carreiras.

Vários senadores apresentaram destaques para votação de emendas que beneficiavam outras categorias. O relator afirmou que várias demandas não poderiam ser atendidas mas seriam incluídas em outra medida provisória, a 565/12.

## Lopes defende servidores do Arquivo Nacional

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a valorização dos servidores do Arquivo Nacional. O órgão, que cuida da gestão do patrimônio documental do país, tem sede no Rio de Janeiro.

Segundo o senador, entre as reivindicações dos servidores, em greve desde o dia 2, está a implantação do plano de cargos e salários.

Eduardo Lopes lembrou que, com a Lei de Acesso à Informação e com os trabalhos da Comissão da Verdade, as atividades do Arquivo Nacional serão mais exigidas.



## Ana Amélia cobra ação contra surto de gripe H1N1

Ana Amélia (PP-RS) comunicou ontem o aumento da incidência da gripe H1N1 na região Sul, especialmente em seu estado, e pediu ao Ministério da Saúde mais empenho na vacinação nas áreas que apresentam surto.

— Algumas escolas poderão antecipar as férias escolares para evitar a infecção das crianças — afirmou.

Segundo a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, em 2012 já são 145 pessoas infectadas pelo H1N1 no estado, sendo que o número de mortes está em 23, mais que as 14 de todo o ano passado. Além de lembrar que o aumento de casos também atinge Santa Catarina e Paraná, a senadora lamentou a falta de vacinas em Manaus.

## Anibal elogia Instituto de Educação do Acre

Anibal Diniz (PT-AC) discursou ontem sobre os avanços obtidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac). Segundo ele, mais de 3.500 alunos já tiveram a oportunidade de estudo e 150 professores se qualificaram, sendo que 79 fizeram especialização e 71, mestrado.

Para o senador, o caráter inclusivo do Ifac, que dá a oportunidade de estudo aos mais pobres, reflete que o instituto tem cumprido papel social e seu propósito na geração de educação, trabalho e renda.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Voto de Jucá contra o governo gera reações bem-humoradas

Uma das emendas não contempladas no relatório de Braga foi a de Romero Jucá (PMDB-RR) que previa reajuste para servidores dos ex-territórios de Roraima e Amapá, incluindo policiais civis e militares. Apesar da orientação do governo para que o destaque para votação da emenda em separado fosse rejeitado, Jucá votou a favor. Isso gerou manifestações bem-humoradas dos colegas, porque o senador de Roraima ocupou por várias vezes a liderança do governo.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que o momento do voto de Jucá contra o governo merecia uma foto histórica. Braga e Renan disseram que “pela primeira vez na história” o senador votou contra a orientação governista.

As manifestações bem-humoradas sobre o voto de Jucá contra o governo foram endossadas até pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), que presidia a sessão.

A emenda de Jucá também previa reajustes para auditores do Sistema Único

de Saúde (SUS). Ele afirmou que continuará buscando os reajustes salariais que defendia na emenda. A reivindicação recebeu apoio dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Ângela Portela (PT-RR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Jucá informou ainda que apresentou uma outra emenda — já atendida parcialmente — ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, visando incluir dotação no Orçamento para a concessão do aumento

salarial aos servidores dos ex-territórios.

Entre outras alterações rejeitadas no relatório de Eduardo Braga aprovado ontem, estão demandas dos agentes comunitários de saúde e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a complementação salarial havia sido defendida pelos senadores Lídice da Mata (PSB-BA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

## Reconhecimento da profissão de compositor passa em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em turno suplementar, projeto que reconhece a atividade de compositor como profissão artística. Semana passada havia sido aprovado o texto que alterou a proposta original,

por isso foi necessária uma segunda votação.

De acordo com o projeto (PLS 563/09), é compositor o autor de obras musicais, com ou sem letra, que sejam expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer

suporte, conhecido ou que se invente no futuro.

Também em turno suplementar, a comissão aprovou projeto do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) que inclui, entre as políticas de saúde mental desenvolvidas

pelo estado, as ações para o diagnóstico precoce do mal de Alzheimer, bem como a assistência integral às pessoas vítimas da doença. O voto favorável foi dado ao substitutivo de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).